

A POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL: Evidências a partir de uma análise multidimensional no período de 2007 a 2014

Andréa Ferreira da Silva¹
Jair Andrade Araujo²
Eryka Fernanda Miranda Sobral³
Janaildo Soares de Sousa⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar novas perspectivas para a compreensão da pobreza multidimensional do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2007 a 2014. Como metodologia utilizou-se da proposta dos autores Bourguignon e Chakravarty (2003), que apresentam uma forma alternativa de medir a multidimensionalidade da pobreza. Os resultados das seis dimensões analisadas revelaram uma redução na proporção de pobres multidimensionais da população gaúcha, de 22,57% em 2007, para 19,90% em 2014. Para as análises isoladas das regiões metropolitana, urbana e rural, verificou-se que a pobreza foi mais intensa na região rural. E para a análise de grupos etários, constatou-se o grupo dos idosos como os mais privados, destacando para tais maior déficit na saúde.

Palavras - Chave: Pobreza Multidimensional; Privação; *Gap*.

ABSTRACT

This article aims to present new perspectives for the understanding of multidimensional poverty in the state of Rio Grande do Sul in 2007 and 2014. The methodology used is the proposal of the authors Bourguignon and Chakravarty (2003), which present an alternative way to measure the multidimensionality of poverty. The results of the six dimensions analyzed showed a reduction in the proportion of poor dimensional Gaucho population, 22.57% in 2007 to 19.90% in 2014. For analysis of the isolated metropolitan, urban and rural areas, it was found that poverty was more intense in the countryside. And for the analysis of age groups, there was the group of the elderly as the most private, pointing to such larger deficit in health.

Keywords: Multidimensional Poverty; Deprivation; *Gap*.

¹ Economista. Mestre em Economia Rural pela UFC. Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Economia - PPGE, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: andrea.economia@yahoo.com. Cel.: (83) 99845-3167.

² Prof. Dr. Adjunto do Curso de Mestrado em Economia Rural (MAER). Endereço: Av. Mister Hull, Bloco 826 - Campus do Pici/UFC. Fortaleza/Ceará. Cep: 60.356-000, Fone: (85)33669720. E-mail: jaraujoce@gmail.com.

³ Economista. Mestre em Economia pelo PPGECON/UFPE/CAA. Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Economia - PPGE, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fmsobral@hotmail.com.

⁴ Economista. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará – MAER/UFC. Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: janaildo18@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O problema da pobreza em um país é, em geral, decorrente de políticas macroeconômicas inconsistentes que acumuladas ao longo do tempo levam à estagnação, ao desemprego e à queda de investimentos na economia. Uma das consequências disto se reflete no baixo crescimento econômico que agrava ainda mais a pobreza.

O estado do Rio Grande de Sul (RS) encontra-se na região com menores taxas de extrema pobreza do Brasil, conforme informações coletadas pela PNAD, quando se tem a região sul registrando para os anos de 2004, 2011 e 2014, taxas nos valores de 3,1%, 1,7% e 1,1%, respectivamente. Entretanto, ao comparar o RS com os demais estados, a partir do censo demográfico 2010 do IBGE, ele encontrava-se na 21ª posição com relação à proporção de pessoas extremamente pobres, num total de 1,90%, superando apenas o resultado dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal, com proporção de pessoas extremamente pobres de 1,80%, 1,70%, 1,70%, 1,10%, 0,90% e 0,90%, respectivamente.

A partir do IPEA pode-se constatar que de 2007 a 2014, a taxa de extrema pobreza caiu 62,29% no estado, sendo o segundo da região sul que menos reduziu pobreza, em comparação a Santa Catarina e Paraná que também apresentaram redução, respectivamente de 38,70% e 62,65%. Porém, tais resultados levam em consideração a pobreza de uma forma unidimensional, apenas pela ótica da renda, não levando em consideração, assim, aspectos relacionados a privação de demais fatores para uma boa qualidade de vida.

Com efeito, constata-se a relevância do tema aqui abordado por meio do expressivo volume de artigos científicos produzidos pelas mais diversas instituições no estado do Rio Grande do Sul. Uma das principais variáveis, senão a maior, da causa da pobreza se relaciona a renda domiciliar *per capita*. No entanto, poucos são aqueles que tratam a pobreza enquanto fenômeno multidimensional, a saber, Comim e Bagolin (2002), Picolotto (2005), Brites *et. al.* (2015), Comim *et. al.* (2006), Bagolin *et. al.* (2007), Martins e Junior (2013), e Avila e Bagolin (2014), todos concluindo em comum que a renda não é um indicador completo de qualidade de vida.

Salienta-se que, em meados da década de 1980, a pobreza é sim apresentada como um fenômeno multidimensional. Nessa abordagem, para definir os pobres de uma determinada população ou região, além da análise de informações sobre a renda, consideram-se também, características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem-estar dos indivíduos. Daí,

a necessidade de ampliar as análises da pobreza do estado do Rio Grande do Sul, agora não mais apenas pela ótica da renda. A saber, que se focalize no estudo das necessidades básicas e se incremente à definição de pobreza um caráter multidimensional.

Assim sendo, o presente trabalho se propõe a apresentar novas perspectivas para a compreensão da pobreza multidimensional no estado de Rio Grande do Sul, em relação aos anos de 2007 a 2014, considerando outras dimensões além da renda. A ideia é auxiliar políticas públicas centradas na sua diminuição e a consequente aceleração do processo de desenvolvimento. Acredita-se fortemente que os resultados do exercício empírico poderão servir para uma discussão sobre o estudo de pobreza multidimensional, inclusive em outros estados da região sul do Brasil, por apresentarem características semelhantes ao estado analisado.

Apesar da existência de outros estudos sobre o tema, o diferencial desta pesquisa é que nela se considera – além de diversos indicadores que mensuram a pobreza multidimensional, na dimensão educação, por exemplo – as prerrogativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação. Nesta lei está dito existir um nível de escolaridade mínima requerida para uma determinada faixa etária de idade dos estudantes, mas que não fora não contemplada em estudos anteriores. Logo, esse artigo pode ser visto como complemento aos demais existentes sobre estudos de pobreza.

A metodologia apresentada foi construída por Bourguignon e Chakravarty (2003) e detalhada por Mideros (2012)⁵. Apresenta-se uma forma alternativa de medir a pobreza ao especificar uma linha de pobreza para cada dimensão.

As informações foram construídas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Serão sete os anos estudados, a partir da década de 2000, ou seja, de 2007 a 2014. E a justificativa para a escolha deste período não é outra senão o fato de que em 2007 já haviam transcorrido quatro anos desde o início das ações governamentais sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, o PT, no governo federal. Acredita-se que as políticas públicas somente tenham efeito algum tempo depois de implementadas.

O artigo está dividido em cinco seções. Inicialmente, na seção 2, serão discutidas a pobreza multidimensional suas abordagens, determinação e algumas evidências. Na terceira

⁵ A propósito, Mideros (2012) não está referenciado nos demais trabalhos.

seção se apresenta a base de dados e a construção das dimensões utilizadas. Na quarta seção especifica-se a metodologia. Na quinta seção são analisados os resultados do modelo. Na última são apresentadas as principais conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pobreza Multidimensional: abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações

Desde a década de 1970, proliferaram as investigações acerca da adoção da perspectiva unidimensional no estudo da pobreza, o que levou alguns autores a buscarem formas alternativas de analisá-la. A ideia era a de incorporar à pobreza, e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas (SALAMA e DESTREMAU, 1999).

Desde então, esse movimento se intensificou, o que permitiu que o enfoque multidimensional da pobreza ganhasse espaço no debate, a despeito da permanência da abordagem unidimensional. No estudo multidimensional da pobreza, duas abordagens têm se destacado: a das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.

Salama e Destremau (1999) detalharam a abordagem das necessidades básicas na definição de pobreza ao considerar essencial o acesso a alguns bens, sem os quais os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna, a saber: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte público e educação, que são bens imprescindíveis para que os indivíduos possam levar vidas saudáveis e tenham chances de inserção na sociedade.

Rocha (2006) ainda define que essa abordagem significa ir além daquelas definições de alimentação ou nutrição, para, assim, incorporar uma noção mais ampla das necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação. Essa noção de pobreza abrange outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, pelo simples fato de que elas não apenas se alimentam, mas se relacionam, e trabalham, tendo, portanto, uma vida social.

Já com relação a abordagem das capacitações, Lacerda (2009) destaca os trabalhos do economista Amartya Sen os quais se constituíram um ponto de inflexão na formulação dessa teoria. A intenção dessa abordagem não se restringe apenas à análise da pobreza. Ela traz

contribuições importantes para a teoria do bem-estar social e para a teoria do desenvolvimento socioeconômico.

Ao se destacar por ser uma abordagem não utilitarista da pobreza, a abordagem das capacitações é uma vertente particular do desenvolvimento econômico, segundo o qual a liberdade é um elemento substantivo básico na vida das pessoas. Entende-se que os indivíduos têm o direito de praticarem suas liberdades e de fazerem respeitar seus direitos na busca de analisar as diferentes formas de acesso aos recursos privados e coletivos. É importante ressaltar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SILVA, 2009).

Anand e Sen (1997) alegam que a pobreza é a pior forma de privação e envolve a ausência de oportunidades para se viver uma vida suportável, daí a necessidade de um aspecto multidimensional para este fenômeno. Essa abordagem tem sido vista como uma vantagem, e ao envolver adequadamente uma ampla visão de privação, sendo ela indispensável e importante.

Cabe destacar que a opção pelo enfoque da pobreza multidimensional não significa o abandono da renda como uma dimensão da pobreza, embora alguns trabalhos não incluam essa variável. Conforme enfatizado por Sen (2000), a renda é uma importante dimensão da pobreza, mas não pode ser considerada a única.

Por esta razão, Silva e Neder (2010) entendem que a pobreza baseada na escassez de renda não é uma ideia totalmente infundada, já que a insuficiência de renda é limitadora dos atos dos indivíduos e a principal causa da fome individual e coletiva. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição de uma vida pobre. Por isso os níveis de renda são relevantes, pois permitem que as pessoas adquiram bens e serviços e que usufruam de um determinado padrão de vida. Por este motivo, a dimensão renda está presente na maioria dos estudos multidimensionais.

2.2 Pobreza Multidimensional no Estado do Rio Grande do Sul, algumas evidências

O Rio Grande do Sul é um estado que se encontra presente na segunda região menos pobre do país, conforme Cancian *et. al.* (2013), e destaca-se como uma das regiões mais industrializadas e economicamente desenvolvidas. Porém, segundo Comim e Bagolin (2002), esse estado, de modo geral, e comparado com as demais unidades federativas (UFs) brasileiras, pode não se destacar como um estado de elevada pobreza monetária, mas que, como qualquer outro, apresenta uma população relativamente pobre, quando em 2014, conforme dados da

PNAD/IBGE (2014), aproximadamente 8 milhões de indivíduos de sua população se encontravam na condição de extrema pobreza. Condição essa, que tem levado alguns autores a investigarem sobre a presença de pobreza multidimensional na referida unidade federativa.

Dessa forma, como exemplo da inquietação mencionada anteriormente, tem-se o trabalho de Comim e Bagolin (2002), que com o objetivo de traçar um perfil da população pobre, no estado do Rio Grande do Sul (RS), concluiu que essa não pode ser reduzida apenas ao aspecto monetário, mas que apresenta um caráter multidimensional, a partir da privação de capacitações básicas. Ante a isso, realizaram uma análise relativa de pobreza comparando os vinte municípios gaúchos em melhores condições de vida e os vinte em piores condições de vida, conforme o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA). Os autores observaram que altos níveis de pobreza associados a maiores níveis de desigualdade são mais visíveis através do comportamento de outras variáveis que não seja a renda, tais como, taxa de mortalidade infantil e acesso à justiça. Tal evidência levou-os a sugerir que, para o estado do RS, a pobreza em termos multidimensionais é maior do que a pobreza sugerida apenas unidimensionalmente, pela falta de renda.

Brites, Marin e Rohenkohl (2015) investigaram a incidência da pobreza, a partir da Teoria dos Conjuntos Fuzzy, com a justificativa de que mesmo o Rio Grande do Sul não sendo um estado pobre, há muitas pessoas que ainda estão próximas da condição de pobreza como privação em diferentes dimensões. Assim, esses construíram índices *fuzzy* de pobreza (IFP) que permitiram a análise da pobreza relativa entre os municípios gaúchos, a partir do Censo Demográfico de 2010, disponibilizado pelo IBGE, levando em consideração quatro dimensões, sendo estas: condições de moradia, trabalho e renda, acesso ao conhecimento e educação e saúde, de forma a não apenas identificar quem são os pobres como na lógica binária, mas através de graus de proximidade com a pobreza, ou seja, consegue captar o ‘quão pobre o município’ e/ou em qual dimensão possui uma maior aproximação com a situação de pobreza. Os resultados do IFP mostram que a dimensão que mais apresenta privação é trabalho e renda, seguido de acesso ao conhecimento e educação, saúde, e por última, da dimensão condições de moradia, sugerindo a necessidade de políticas públicas, que não visem apenas a insuficiência de renda, mas também atentem para a ausência de serviços essenciais, como uma educação de qualidade, atendimento de saúde pública, boas condições de moradia, água potável e segurança.

Comim *et. al.* (2006), levantando críticas sobre indicadores secundários, aplica questionários a população da cidade de Porto Alegre-RS, com o objetivo, a partir de indicadores

sob uma perspectiva multidimensional como, saúde (ausência de doenças, não consumo de cigarros e visita a dentistas); nutrição (consumo de frutas, legumes e verduras e consumo de carne); educação (anos de estudo, aprovação e número de livros lidos), conhecimento (capital do Brasil, período do mandato do presidente, partidos do presidente, governador e prefeito, e lógica); participação (atividades coletivas do bairro e reuniões do orçamento participativo); amizade e confiança (amizade e confiança); solidariedade (ajuda consulta e ajuda financeira); e liberdade e satisfação, verificar que a pobreza pode ser diminuída mesmo que a renda dessas pessoas não sejam maior, por meio de políticas públicas específicas que levem em consideração essas demais dimensões. Concluindo que, para o município de Porto Alegre, com base nas privações mais expressivas dos entrevistados, há necessidade de políticas de prevenção de doenças graves, de saúde bucal, de melhoria do ensino para aumentar o nível de escolaridade, diminuir as reprovações e aumentar a leitura.

Por sua vez, Cancian *et. al.* (2013) com o objetivo de analisar a distribuição espacial da pobreza e da desigualdade de renda na região Sul do Brasil no período de 1991 a 2000, levou em consideração a pobreza unidimensional, com foco monetário. E pôde constatar a existência de autocorrelação espacial positiva entre os municípios da região, isto é, os municípios gaúchos puderam demonstrar haver dependência espacial da pobreza e da desigualdade, porém, o Rio Grande do Sul a formação de clusters do tipo alto-alto ocorreram em menores áreas do que no Paraná, indicando que municípios de maior nível de pobreza não se encontram concentrados em uma determinada localidade.

Como pode ser visto essa não é uma discussão inédita para o estado do Rio Grande do Sul. E com a proposta de corroborar a ideia de que a pobreza é do tipo multidimensional, esse estudo pode ir mais além dos demais, ao levar em consideração mais do que apenas quatro dimensões, como analisadas por grande parte dos estudos nesta seção relatados, mas na verdade seis, que serão apresentadas a seguir.

3 BASE DE DADOS E CONSTRUÇÃO DAS DIMENSÕES

A fonte de dados utilizada para a construção dos indicadores e dimensões composto na pobreza multidimensional foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes aos anos de 2007 a 2014. Neste trabalho, foram consideradas seis dimensões na elaboração de um indicador multidimensional (ver Tabela 1). Nota-se, além das 6 dimensões,

22 variáveis derivadas a partir das variáveis originais extraídas das PNADs. Elas foram escolhidas com base na revisão da literatura acerca da temática da pobreza, tanto sob o enfoque da *teoria das necessidades básicas* quanto da *teoria das capacidades*.

Na Tabela 1 estão os indicadores $X_{i,k}^l$ construídos para $i=\{1,2,\dots,n\}$ pessoas, $j=\{1,2,\dots,h\}$ domicílios e $k=\{1,2,\dots,m\}$ dimensões. Todos os indicadores têm um valor máximo de 1 (não privado) e um mínimo de 0 (privação total). Os indicadores são definidos entre 0 e 1 para reduzir os problemas de descontinuidade, mas são limitados pela informação disponível. Com o fim de obter diferentes conjuntos de dados categóricos se estabelecem diferentes níveis equidistantes (ou seja, os indicadores são ordinal).

Os indicadores se agregam em cada dimensão sobre a base da seguinte função: $X_{i,k} = g_k(X_{i,k}^1, \dots, X_{i,k}^p)$ para as variáveis $l = \{1, \dots, p\}$, onde a função $g_k(\cdot)$ é específica de cada dimensão k . Para identificar o nível de privação de cada dimensão, a reformulação dos índices se realiza utilizando a fórmula: $\hat{X}_{i,k} = 1 - X_{i,k}$, em que o nível de privação $\hat{X}_{i,k}$ é interpretado como sendo o *Gap* relativo entre o nível individual de X_k e o limiar da privação $z_k = 1$, com um valor máximo de 1 (privação total) e um mínimo de 0 (sem privação).

Tabela 1 - Dimensões e Indicadores da Pobreza Multidimensional

| Dimensões | Variáveis Derivadas | Indicadores |
|--------------------------|-----------------------------------|---|
| Alimentos e Água | Água na Moradia | $X_{i,1}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Capacidade de compra de alimentos | $X_{i,1}^2 = \min \left\{ 1, \frac{\text{renda per capita}_{j:i \in j}}{\text{linha de pobreza}} \right\}$ |
| Comunicação e Informação | Telefone | $X_{i,2}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Televisão | $X_{i,2}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Computador | $X_{i,2}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Internet | $X_{i,2}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| Educação | Ensino Primário | $X_{i,3}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 1 a 5 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Ensino Fundamental incompleto | $X_{i,3}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 4 a 9 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |

| | | |
|-----------------------|------------------------------------|---|
| | Ensino Fundamental completo | $X_{i,3}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 8 a 14 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Ensino Médio incompleto | $X_{i,3}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver 12 a 15 anos de estudo} \\ & \text{na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Ensino Médio completo | $X_{i,3}^5 = \begin{cases} 1, & \text{se tiver acima de 15 anos} \\ & \text{de estudo na idade adequada} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Proporção de crianças na escola | $X_{i,3}^6 = \begin{cases} 1, & \text{se proporção} > 0 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| Condições de Moradia | Tipo de Moradia | $X_{i,4}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se a casa é própria} \\ 0,5 & \text{se a casa própria pagando} \\ 0, & \text{se outros} \end{cases}$ |
| | Iluminação | $X_{i,4}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Material da parede | $X_{i,4}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Material do teto | $X_{i,4}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Nº de pessoas por dormitório | $X_{i,5}^5 = \begin{cases} 1, & \text{se} < 3 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| Saúde | Esgotamento sanitário | $X_{i,5}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Condição Sanitária | $X_{i,5}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| | Eliminação do lixo | $X_{i,5}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |
| Trabalho e Demografia | Trabalho precário | $X_{i,6}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se não} \\ 0, & \text{se sim} \end{cases}$ |
| | Razão de dependência por domicílio | $X_{i,6}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se proporção} < 1 \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$ |

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

A dimensão 1: alimentos e água, a variável água mede se há abastecimento de água apropriada na moradia. Já a segunda, captura a capacidade de compra de alimentos, por meio da condição monetária, fazendo uma relação da renda *per capita* do indivíduo com a linha de pobreza utilizada. As linhas de pobreza utilizadas foram do Instituto de Estudo do Trabalho e

Sociedade (IETS), elaboração de Sônia Rocha com base na POF (Pesquisa de Orçamento Familiar).

A dimensão 2: comunicação e informação também entram na análise, considera como indivíduos privados os que não possuem meios de informação para a vivência na sociedade atual. As variáveis adotadas no estudo são: telefone, televisão, computador e internet.

A dimensão 3: educação, apresenta mais uma novidade para a mensuração da pobreza multidimensional no estado do Rio Grande do Sul. Leva em consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na qual afirma que há um nível de escolaridade mínima requerida para uma determinada faixa etária.

Assim, para o morador com nível de escolaridade maior do que o requerido na sua idade, é considerado não privado, caso contrário, privado. Considerando também os indivíduos de 18 anos ou mais que não tenham a quantidade de anos de estudos referentes a conclusão do ensino médio, sendo este considerado carente com relação a anos de estudo não sendo capaz de conseguir um emprego digno sem ao menos o ensino médio concluído, seria considerado privado.

Sendo assim, a dimensão educação está dividida em 6 variáveis em análise, a idade adequada referente a cada etapa escolar: Ensino primário, ensino fundamental incompleto e completo, ensino médio incompleto e completo. Essas categorias, em cujas especificações se levou em conta o número de anos de estudo mínimos exigidos para conclusão dos níveis de ensino. Ao incluir essa variável no indicador, a intenção foi captar não somente o ano de estudo médio por indivíduo, mas também o “contexto educacional” no qual o indivíduo está inserido.

A proporção de crianças da escola diz respeito ao total de crianças no domicílio. De acordo com a Lei nº 8.069/90, art. 2º, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

A dimensão 4: Condições de moradia, na sua análise foram utilizadas as variáveis tipo de moradia, iluminação, material de parede, material do teto, e número de pessoas por dormitório. Ainda que essas variáveis possam ser discutidas quanto à sua utilidade na análise da pobreza, percebe-se que a ausência de condições adequadas de moradia se configura em um tipo de privação importante, além de ser um abuso aos direitos sociais garantidos pelo texto constitucional brasileiro.

E outro ponto relevante do estudo dado nessa seção é a dimensão 5: saúde. Como não existem variáveis específicas que possa trazer informações a respeito dessa dimensão, serão utilizados *proxies* para estudá-la, sendo elas: esgotamento sanitário, condição sanitária e eliminação do lixo. A justificativa para essa escolha repousa no entendimento de que a falta de acesso, ou o acesso inapropriado, a qualquer uma dessas variáveis pode ocasionar sérios prejuízos à saúde do indivíduo, principalmente no que diz respeito à saúde básica.

E por fim, na dimensão 6: trabalho e demografia, tem-se: trabalho precário e a razão de dependência por domicílio. Classificou-se como situação de trabalho precário aquela na qual o trabalhador não era segurado da previdência social nem contribuinte de outro instituto de previdência e, por isso, não tinha proteção contra os chamados riscos sociais (incapacitantes ao trabalho).

E a variável razão de dependência é um indicador demográfico utilizado nas análises de mercado de trabalho, pois trata da relação entre pessoas em idade potencialmente inativa e pessoas em idade potencialmente ativa. As pessoas com idade inferior a 14 anos ou igual ou superior a 60 anos foram definidas como dependentes. A especificação do limite na idade de 60 anos ou mais se pautou no que foi estabelecido pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que considera idoso os indivíduos que estão nessa faixa etária (LACERDA, 2009).

4 METODOLOGIA

Conforme Bourguignon e Chakravarty (2003) uma maneira simples de definir a pobreza e a contagem do número de pobres é levar em consideração a possibilidade de ser pobre em qualquer dimensão da pobreza. Uma forma de fazer isso é definir a variável indicador de pobreza. Um enfoque multidimensional define a pobreza mediante um vetor de características particulares (TSUI, 2002).

Em termos gerais, um índice de pobreza multidimensional pode ser apresentado como uma função:

$$P(X, z): M \times z \rightarrow R_+^1$$

em que $X \in M$ é uma matriz de atributos, como renda, educação, saúde, $(n \times m)$, para $i = \{1, 2, \dots, m\}$ pessoas e $k = \{1, 2, \dots, m\}$ dimensões, $z \in Z$ é um vetor de limites ou “níveis minimamente aceitáveis” para diferentes atributos (BOURGUIGNON e CHAKRAVARTY, 2003).

Um índice pode ser construído por meio de pelo menos três diferentes abordagens metodológicas: a abordagem axiomática, a teoria dos conjuntos fuzzy e a teoria das informações (MAASOUMI e LUGO, 2008).

Com base em Bourguignon e Chakravarty (2003) - um índice multidimensional geral – pode ser decomposto e cumpre os axiomas necessários, pode ser definido como:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left(\max \left\{ 0; \left(1 - \frac{x_{i,1}}{z_1} \right) \right\}, \dots, \max \left\{ 0; \left(1 - \frac{x_{i,k}}{z_k} \right) \right\} \right) \quad (1)$$

Ou de forma geral, como:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f (X_{i,1}, \dots, X_{i,m}) \quad (1.1)$$

Por abordagem vinculativa para definir $f(\cdot)$ e usando uma variação no índice de Foster, Greer e Thorbecke (1984) para capturar a severidade da pobreza, a pobreza multidimensional pode ser medida da seguinte forma:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left[\frac{1}{m} \sum_{i=1}^n X_{i,k^2} \right] \quad (2)$$

Em (2) presume-se que as dimensões não são substituíveis mas se inter-relacionam com o nível geral de pobreza, o que é consistente com uma abordagem baseada em dimensões de bem-estar. No nível individual, mais peso é dado para as dimensões que apresentam um maior *Gap* de privação e, em seguida, mais peso é atribuído a pessoas com maiores níveis de privação. Isto faz com que o índice seja sensível para a distribuição de pobreza. A pobreza a nível individual se define por: $P_i \frac{1}{m} \sum_{i=1}^n X_{i,k^2}$, com um valor máximo de 1 (pobreza total) e um mínimo de 0 (sem pobreza).

Para cada dimensão, podem ser estimados os índices de incidência (proporção de pobres) e os níveis de privação para diferentes regiões e grupos demográficos. Para o índice de incidência é considerado que todas as pessoas que estão abaixo do limite em pelo menos uma variável sofrem privação (enforque de união), com base em a seguinte regra:

$$\text{Sofre Privação} = \begin{cases} \text{Sim}; & \text{se } X_{i,k} > 0 \\ \text{Não}; & \text{se } X_{i,k} = 0 \end{cases} \quad (3)$$

O nível de privação para cada pessoa em cada indicador se mede diretamente por $X_{i,k}^l$, embora o nível privação individual em cada dimensão é determinado pela função de agregação $g_k(\cdot)$ como segue:

$$X_{i,k} = \frac{1}{p} \sum_{l=1}^p X_{i,k}^l \quad (4)$$

Os indicadores se agregam a para cada dimensão sobre a base da seguinte função: $X_{i,k} = g_k(X_{i,k}^1, \dots, X_{i,k}^p)$ para as variáveis $l = \{1, \dots, p\}$, onde a função $g_k(\cdot)$ é específica de cada dimensão k . Todos os indicadores têm o valor máximo de 1 (nível alcançado) e um valor mínimos de 0 (privação total), sendo essa definição utilizada para reduzir os problemas de descontinuidade.

Finalmente, o nível de privação global que pode ser decomposto para cada dimensão é:

$$X_{\hat{k}} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_{i,k} \quad (5)$$

O nível de privação global ($X_{\hat{k}}$) se mede usando (4) em cada dimensão e se define como o nível de privação médio entre as variáveis. Para identificar o nível de privação de cada dimensão, a reformulação dos índices é feita usando a fórmula: $X_{i,k} = 1 - X_{i,k}$, onde o nível de privação $X_{i,k}$ é interpretado como a diferença relativa entre o nível individual de $X_{i,k}$ e o limite da privação $Z_k = 1$, com um valor máximo de 1 (privação total) e um mínimo de 0 (sem privação).

Mediante a utilização de (5) é possível decompor o nível de privação por região e grupo demográfico da seguinte forma:

$$X_{\hat{k}} = \sum_{s=1}^q \frac{n_s}{n} X_{i,k}^{(s)} \quad (6)$$

em que S é o conjunto de grupos $\{1, \dots, q\}$, e $\{1, \dots, q\}$, e $X_{\hat{k}}^{(s)} = \frac{1}{n_s} \sum_{i_s=1}^{n_s} X_{i_s,k}$.

5 RESULTADOS

Inicialmente analisa-se os resultados dos graus de privação em cada uma dos indicadores e nas respectivas dimensões, de 2007 a 2014. Os *Gaps*, que são a distância dos indivíduos pobres a um limite de pobreza, também serão apresentados para cada dimensão no estado do Rio Grande do Sul, entre as áreas (metropolitana, urbana e rural), e grupos: sexo, faixa etária e raça. E, num segundo momento, a pobreza multidimensional é analisada dentro o Rio Grande do Sul e os grupos estudados.

5.1 Incidência de Privação no Rio Grande do Sul: Indicadores e suas Dimensões

A Tabela 2 mostra a incidência de privação no estado do Rio Grande do Sul, de 2007 a 2014, entre os indicadores e dimensões. A dimensão água e alimentos é definida por duas variáveis: água na moradia e capacidade de compra de alimentos. Considerando água na moradia, esta é definida como bem de necessidade básica para a sobrevivência humana, e sua proveniência nos domicílios mede a privação ou não da população. Se o abastecimento for da rede geral de distribuição o domicílio é considerado não privado. Contudo, se for proveniente de poço ou nascente, ou outra providencia é denominado privado do bem. Ante a isso, A percentagem de pessoas que não têm um abastecimento de água potável, proveniente da rede geral de distribuição, em seus domicílios caiu de 5,22% em 2007, para 4,57% em 2014.

Por outro lado, a variável capacidade de compra de alimentos mede a privação monetária (ou seja, a renda), como um substituto para a privação de alimentos. Os domicílios com renda *per capita* inferior a linha de pobreza é considerado privado, por não ser capaz de consumir as necessidades nutricionais mínimas. Assim, o percentual de pessoas com privação monetária, também, houve uma redução de 3,23% para 1,70% no mesmo período. Importante observar que na dimensão como um todo, o impacto da redução foi maior em conjunto, do que quando os indicadores são analisados separadamente. Houve uma redução de 8,18% em 2007 para 6,08% em 2014, diminuição de 2,10% da pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul na dimensão água e alimentos.

Logo em seguida é observado a dimensão de comunicação e informação, a qual é medida por cinco variáveis a nível domiciliar: a posse de telefone (incluindo fixo ou celular), uma televisão (preto e branco ou colorida), um computador, e acesso à internet. Destaca-se que

a maioria destes acessos à informação não significa uma verdadeira privação, e também não traz nada sobre a qualidade da informação que os domicílios acessam. Embora seja necessária uma análise completa desses critérios, mas isso está além do escopo desta investigação.

Diante disso, a Tabela 2 mostra que, entre 2007 e 2014, a incidência de pobreza apresentou uma trajetória de queda em todos os indicadores. Os que apresentaram os maiores impactos de redução da privação foram: internet, redução de 29,05% de 2007 para 2014, computador, redução de 27,86%, no mesmo período, e acesso à telefone reduzindo 7,54%. No ano 2014, os maiores índices de privação foram registrados para acesso à internet (48,73%) e computador (40,39%). Enquanto os níveis mais baixos de privação são de televisão (1,62%) e telefone (1,21%). Como pode ser observado, quando se trata da privação de computadores e internet, embora os graus de ambos tenham apresentado queda no período, ainda assim, permanecem consideravelmente elevados. Deste modo, é possível que a redução da privação encontre-se correlacionada a propagação tecnológica ocorrida nos últimos anos, que proporcionou uma maior facilidade ao acesso as novas tecnologias de comunicação.

Os maiores indicadores de privação se concentram na dimensão educação. Precisamente por conta de a pesquisa levar em consideração a adoção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No ensino primário, de acordo com a Lei, crianças com até 5 anos de idade, podem ter no máximo 5 anos de escolaridade, denominado ensino pré-escolar. No ensino fundamental incompleto, crianças de 6 anos a 10 anos de idade para não serem consideradas privadas devem ter de 4 a 9 anos de estudo. No ensino fundamental completo, estariam as crianças de 11 a 14 anos que estariam terminando o ensino fundamental em torno de 8 a 14 anos de escolaridade. No ensino médio incompleto, os pré-adolescentes em torno dos 15 a 17 anos estariam completando o ensino médio de 12 a 15 anos de estudo. E por fim, no ensino médio completo, estão os jovens acima de 18 anos que devem ter no mínimo 15 anos de escolaridade para poder ter uma boa formação educacional e ter capacidade para entrar no mercado de trabalho e não ser considerado privado de educação. E a proporção de crianças na escola refere-se ao total de crianças no domicílio. Na dimensão educação, como pode ser observado na Tabela 2, há uma pequena redução na privação: em 2007 era de 93,03%, passando para 89,78% em 2014, queda de 3,26%. O ensino que apresentou uma maior redução na privação foi o ensino médio completo, reduziu 3,26% de 2007 para 2014. Logo em seguida, a proporção de crianças na escola e o ensino médio incompleto, com 3,21% e 3,26% respectivamente.

Para medir a privação de habitação são levados em conta cinco indicadores. A Tabela 2 mostra a percentagem de população com privação na moradia. Aproximadamente mais um quarto da população não possui uma moradia própria já quitada em 2014. Houve uma variação bastante instável durante os anos analisados com relação ao tipo de moradia, mas comparando 2014 a 2007, percebe-se que ocorreu um aumento de 0,15%, na privação de moradia. No que diz respeito à iluminação, qualidade de teto, e número de pessoas por dormitório houve uma redução não muito significativa nos índices de incidência, nos quais já apresentam uma baixa privação. Já a variável material de parede apresentou uma queda, bastante significativa quando comparado aos outros indicadores, de 6,91% no índice de privação. Em 2014, apenas 2,52% da população vive em uma casa com mais de três pessoas por quarto.

Tabela 2 - Incidência de Privação no estado do Rio Grande do Sul, 2007-2014 (%)

| Dimensões/Variáveis | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Dimensão 1: Água e Alimentos | 8,18 | 7,56 | 7,45 | 6,93 | 6,24 | 6,25 | 6,08 |
| Água na Moradia | 5,22 | 5,57 | 5,31 | 4,85 | 4,25 | 3,98 | 4,57 |
| Capacidade de compra de alimentos | 3,23 | 2,20 | 2,34 | 2,26 | 2,12 | 2,40 | 1,70 |
| Dimensão 2: Comunicação e Informação | 78,01 | 73,54 | 67,17 | 58,11 | 53,97 | 50,10 | 49,01 |
| Telefone | 9,16 | 5,25 | 4,49 | 3,55 | 2,87 | 1,95 | 1,62 |
| Televisão | 3,41 | 2,91 | 2,04 | 1,52 | 1,31 | 1,26 | 1,21 |
| Computador | 68,25 | 61,98 | 55,55 | 47,70 | 44,66 | 40,69 | 40,39 |
| Internet | 77,78 | 73,39 | 67,00 | 57,93 | 53,77 | 49,75 | 48,73 |
| Dimensão 3: Educação | 93,03 | 92,21 | 92,22 | 91,75 | 90,95 | 90,55 | 89,78 |
| Ensino Primário | 82,75 | 82,07 | 82,21 | 81,80 | 82,25 | 81,87 | 81,03 |
| Ensino Fundamental incompleto | 90,42 | 89,54 | 89,45 | 89,36 | 88,95 | 88,72 | 87,93 |
| Ensino Fundamental completo | 91,82 | 90,77 | 90,92 | 90,38 | 89,77 | 89,47 | 88,66 |
| Ensino Médio incompleto | 92,82 | 92,07 | 91,99 | 91,53 | 90,74 | 90,34 | 89,56 |
| Ensino Médio Completo | 92,99 | 92,20 | 92,15 | 91,73 | 90,94 | 90,54 | 89,78 |
| Proporção de crianças na escola | 5,20 | 3,22 | 3,58 | 2,94 | 2,90 | 2,36 | 2,07 |
| Dimensão 4: Condições da Moradia | 50,90 | 48,52 | 48,44 | 49,36 | 45,74 | 45,87 | 45,65 |
| Tipo de Moradia | 25,95 | 24,78 | 25,96 | 25,55 | 24,64 | 23,94 | 26,05 |
| Iluminação | 0,13 | 0,16 | 0,21 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| Material da Parede | 26,29 | 25,81 | 25,37 | 23,09 | 20,90 | 20,58 | 19,38 |
| Material do Teto | 7,50 | 5,11 | 5,45 | 9,66 | 7,16 | 8,24 | 6,19 |
| Nº de pessoas por dormitório | 3,98 | 3,86 | 3,59 | 3,19 | 3,08 | 2,95 | 2,52 |
| Dimensão 5: Saúde | 43,36 | 48,15 | 47,37 | 38,78 | 39,47 | 39,40 | 38,52 |
| Esgotamento Sanitário | 42,85 | 47,56 | 46,97 | 38,29 | 38,94 | 38,85 | 37,98 |
| Condição Sanitária | 9,45 | 8,98 | 8,32 | 7,63 | 7,94 | 7,67 | 6,50 |
| Eliminação do lixo | 0,92 | 1,16 | 0,84 | 0,67 | 0,53 | 0,72 | 0,57 |
| Dimensão 6: Trabalho e Demografia | 57,37 | 57,52 | 55,10 | 51,58 | 51,40 | 50,17 | 50,02 |
| Trabalho Precário | 51,23 | 50,53 | 49,09 | 44,19 | 43,83 | 43,17 | 42,51 |
| Razão de dependência por domicílio | 17,40 | 16,99 | 16,50 | 17,74 | 17,99 | 18,59 | 18,23 |

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Um aspecto interessante na próxima dimensão em análise é que foram utilizadas as condições de saneamento básico como *proxy* para analisar a dimensão saúde. Como justificativa, a falta de acesso, ou o acesso inapropriado, a qualquer uma dessas variáveis de

saneamento pode ocasionar sérios prejuízos à saúde do indivíduo, principalmente no que diz respeito à saúde básica. A Tabela 2 mostra que, na dimensão, houve uma redução da sua privação, de 43,36% em 2007, para 38,52% em 2014, ou seja, queda de 4,84% no período analisado. Essa redução pode ser explicada porque também ocorreu uma redução em todos os indicadores da dimensão. No esgotamento sanitário, indicador com maior impacto na redução da privação, houve uma queda de 4,87%. Diminuição também na condição sanitária, e na eliminação do lixo, de 2,95% e 0,35%, respectivamente, de 2007 para 2014.

Por fim, na dimensão trabalho e demografia, trabalho precário foi denominado aquele no qual o trabalhador não era segurado da previdência social nem contribuinte de outro instituto de previdência. E demografia, a razão de pessoas dependentes por domicílio, sendo elas as menos de 14 anos e maiores de 60. A Tabela 2 apresenta a incidência de privação para cada indicador. Na análise da dimensão de forma geral, mais de 50% da população sofre de privação de trabalho digno, ou seja, metade da população em 2014 ainda trabalham em situação de trabalho precário. Mesmo tendo ocorrido uma redução de 7,35% de 2007 para 2014, ainda permanece uma taxa de privação elevada. Por outro lado, a razão de dependência apresenta uma taxa de privação considerada baixa, pois 18,23% da população em 2014 apresenta alguma relação de dependência.

5.2 Os *Gap's* de Privação

O *Gap* de privação é apresentado na Tabela 3 por dimensões e grupos demográficos. Os números mostram a diferença média para diferentes áreas e grupos populacionais. Como discutido na seção 4, que trata da metodologia, os *gap's* ou lacuna de privação representam a distância entre os indivíduos pobres e um determinado limite de pobreza total, variando entre 0 e 1 e calculados para cada dimensão.

Pode-se observar que a pobreza na dimensão Alimentos e Água, Tabela 3, é um problema, especialmente, nas áreas metropolitanas gaúchas. Em 2014, a lacuna de privação da área metropolitana do Rio Grande do Sul é de 4,24%, apresentando-se maior quando comparadas com as regiões urbanas e rurais, nas quais há uma lacuna de registros de privação, respectivamente, de 1,99% e 2,13%, no mesmo período. Verificou-se que, com relação aos grupos populacionais não há uma lacuna tão significativa com relação à pobreza. Contudo, houve uma redução em todos os grupos em estudo, de 2007 a 2014.

Tabela 3 – Rio Grande do Sul: *Gap* da privação por dimensão, 2007 e 2014. (%)

(continua)

| Região/Grupo | Água e Alimentos | | Comunicação e Informação | | Educação | |
|-------------------|------------------|-------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2014 | 2007 | 2014 | 2007 | 2014 |
| Rio Grande do Sul | 3,68 | 2,85 | 39,65 | 22,98 | 84,10 | 82,38 |
| Metropolitano | 5,48 | 4,24 | 35,04 | 19,74 | 82,71 | 80,46 |
| Urbano | 2,64 | 1,99 | 38,31 | 21,38 | 83,21 | 81,73 |
| Rural | 2,58 | 2,13 | 53,82 | 37,45 | 89,74 | 89,81 |
| Homens | 3,69 | 2,91 | 40,17 | 23,25 | 85,14 | 83,97 |
| Mulheres | 3,67 | 2,79 | 39,15 | 22,73 | 83,12 | 80,91 |
| Crianças | 4,85 | 3,64 | 43,28 | 22,74 | 77,43 | 77,80 |
| Adolescentes | 3,85 | 3,31 | 38,08 | 20,72 | 83,10 | 84,07 |
| Jovens | 4,00 | 3,22 | 36,73 | 19,56 | 83,11 | 84,07 |
| Adultos | 3,31 | 2,60 | 38,21 | 21,20 | 84,19 | 80,27 |
| Idosos | 2,39 | 1,94 | 47,47 | 37,30 | 93,47 | 92,75 |
| Branca | 3,53 | 2,75 | 37,94 | 21,39 | 83,29 | 81,15 |
| Não Branca | 4,40 | 3,20 | 47,82 | 29,32 | 87,99 | 87,25 |

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Tabela 3 - Rio Grande do Sul: *Gap* da privação por dimensão, 2007 e 2014. (%)

(conclusão)

| Região/Grupo | Condições da Moradia | | Saúde | | Trabalho e Demografia | |
|-------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|
| | 2007 | 2014 | 2007 | 2014 | 2007 | 2014 |
| Rio Grande do Sul | 12,16 | 10,08 | 17,74 | 15,01 | 34,31 | 30,37 |
| Metropolitano | 10,73 | 8,83 | 6,06 | 4,76 | 34,52 | 29,72 |
| Urbano | 11,74 | 10,77 | 15,37 | 13,83 | 36,43 | 31,13 |
| Rural | 16,58 | 11,02 | 50,80 | 46,89 | 27,82 | 29,39 |
| Homens | 12,35 | 10,34 | 18,53 | 15,63 | 33,32 | 29,17 |
| Mulheres | 11,97 | 9,85 | 16,99 | 14,44 | 35,34 | 31,46 |
| Crianças | 14,87 | 12,74 | 18,21 | 15,33 | 37,74 | 30,08 |
| Adolescentes | 13,03 | 10,75 | 19,08 | 15,25 | 31,99 | 27,54 |
| Jovens | 12,88 | 11,33 | 15,52 | 13,00 | 28,59 | 22,10 |
| Adultos | 11,16 | 9,29 | 17,98 | 14,97 | 29,62 | 24,93 |
| Idosos | 9,40 | 7,69 | 18,82 | 17,51 | 66,38 | 67,03 |
| Branca | 11,54 | 9,24 | 17,83 | 14,87 | 33,25 | 29,78 |
| Não Branca | 15,15 | 13,45 | 17,27 | 15,56 | 39,42 | 32,70 |

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PNADs.

Na dimensão comunicação e informação, Tabela 3, o *Gap* foi reduzido no Estado, áreas e grupos entre 2007 e 2014. Tanto em 2007, quanto em 2014, o *Gap* de privação da população rural gaúcha foi bem mais elevado do que das regiões metropolitana e urbana. Em 2014, a área rural apresenta-se com uma lacuna de privação de 37,45%, enquanto as regiões metropolitana e urbana apresentam, respectivamente, 19,74% e 21,38%. Observa-se ainda que a privação entre as pessoas do sexo masculino é maior do que a do sexo feminino com relação a esta dimensão. Analisando a faixa etária a privação é maior nas crianças e nos idosos, 22,74% e

37,30%, respectivamente, em 2014. Com relação ao grupo raça, a lacuna de privação é maior para as raças não brancas, 29,32% em 2014.

No tocante a dimensão educação, conforme exposto na Tabela 3, há um *Gap* de 82,38% de privação em 2014. Com relação às áreas, observa-se um maior *Gap* na área rural, quando comparadas às regiões metropolitana e urbana, não diferente do que foi ressaltado nas outras dimensões. Esta apresentaram um *Gap* de privação, 89,74% em 2007, para 89,81% em 2014. Em relação às áreas metropolitanas e urbanas, foi observada também uma redução da privação em educação, no período analisado. Houve também uma redução na quantidade de homens e mulheres: mulheres apresentam uma privação menor de 80,91% em 2014, quando comparados com homens, 83,97%. Nota-se que no hiato médio de privação educação é 3,06 vezes maior para homens do que para mulheres. No grupo faixa etária, todas as faixas apresentaram uma redução na privação. Sendo o grupo adultos aquele que apresentou maior redução, 3,97% de 2007 a 2014, enquanto que o grupo crianças apresentou aumento de privação de 0,37% conforme o *Gap*. No grupo raça, em 2014, nos brancos a privação é de 81,15%, e não brancos de 87,25%. Verifica-se que o impacto da redução de 2007 para 2014 também ocorreu no grupo de raça branca, houve uma redução de 2,14%, comparado com apenas 0,74% na raça não branca.

Quanto aos *gap*'s relacionados às dimensões de condições de moradia, na Tabela 3, em 2014, o estado do Rio Grande do Sul apresenta uma lacuna de privação com relação às condições de moradia inadequada de 10,08%. Em áreas rurais houve a maior redução do *Gap* de privação na dimensão moradia, redução de 16,58% em 2007 para 11,02% em 2014. Contudo, a área rural na dimensão condições de moradia não se diferenciou das demais. Nesta dimensão, a área metropolitana apresentou menor lacuna de privação dentre as áreas urbana (10,77%) e rural (11,02%) em 2014. No grupo sexo, homens apresentam uma privação maior que as mulheres, sendo essa diferença de apenas 0,49%, em 2014. Ainda esse mesmo período, entre os grupos etários, quem possui a menor privação é o grupo dos idosos, com apenas 7,69%, e a maior é o grupo das crianças, com 12,74%. As populações de raça não branca têm *Gap* de maior privação do que a raça não branca. A não branca apresenta um hiato de privação de 4,21% maior que a branca, em 2014.

Dentro da dimensão saúde, a maior diferença da privação entre as áreas está localizada na área rural, em 2007, a lacuna de privação é de 50,80%, sofrendo uma redução em 2014, para 46,89%. Indicando que, aproximadamente, metade na população rural apresenta privação de

saneamento básico. E, em decorrência desse resultado, a área rural apresenta também como a região mais sensível com relação a saúde. Já as áreas metropolitana (4,76%) e urbana (13,91%) gaúchas apresentam menores privações em 2014. Com relação aos homens e mulheres houve uma redução de 2007 para 2014, as mulheres apresentam uma menor privação, em 2014, de 14,44%, quando comparadas com os homens que têm 15,63% de privação no mesmo período. No grupo etário, quem possui maior déficit na saúde é o grupo dos idosos, com 17,51% em 2014. E o menor, é o grupo dos jovens, com 13,00%. Em todos os grupos foi observada uma redução da privação. As populações de raça não brancas têm lacunas de privação mais elevadas, com uma taxa de 15,51% em 2014, maior quando comparada com a raça branca, que é apenas de 14,87%.

Por fim, considerando o *Gap* de privação da dimensão trabalho e demografia, o estado do Rio Grande do Sul apresentou redução no *Gap* de privação, de 3,94% entre 2007 e 2014 (Tabela 3). A área metropolitana se destacou dentre as outras por apresentar uma maior lacuna de privação de trabalho e demografia, 34,52% em 2007 e 29,72% em 2014. Na área urbana houve um maior impacto entre 2007 e 2014, uma redução de 5,30% no período analisado. Redução também na área rural, de 27,82% em 2007 para 29,39% em 2014. Contrapondo-se com todas as outras dimensões, na dimensão trabalho e demografia, as mulheres apresentam dessa vez um *Gap* de privação maior que os homens. Evidencia-se assim a diferença no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Mesmo havendo uma redução, ainda é considerada alta a privação entre mulheres e homens; em 2014, uma lacuna de privação de 31,46% de mulheres, e 29,17% em homens. No grupo da faixa etária, ocorreu os resultados esperados, maior privação para crianças e idosos, pois os mesmos são dependentes e não trabalham; crianças em 2014, com privação de 30,08% e idosos, com 67,03%. Com o menor *Gap*, apresentou-se o grupo dos jovens, com 22,10%, em 2014. A população branca possui uma lacuna de privação menor quando comparada com a raça não branca, representando apenas um hiato de 2,92% menor, mesmo ambos os grupos obtendo uma redução no período de 2007 a 2014.

5.3 A Pobreza Multidimensional

De maneira geral, as informações extraídas da PNAD sinalizam uma melhora nas condições de vida da população gaúcha entre os anos 2007 a 2014. Essa melhora, no entanto,

não ocorreu de forma homogênea entre as áreas, nem entre os grupos sexo, faixa etária e raça do estado.

A Tabela 4 mostra a pobreza multidimensional por áreas e grupos do estado do Rio Grande do Sul, 2007 a 2014. Os resultados sugerem uma redução na pobreza multidimensional: de 22,57% em 2007 para 19,90% em 2014 segundo a metodologia adotada, com uma variação de 2,67%. Entre o período analisado, o nível de pobreza multidimensional declinou a uma taxa média anual de 0,38 %. Tal comportamento reflete a dinâmica recente dos índices de pobreza em todo o Brasil. Segundo Silva(2015), entre os anos de 2007 e 2014 a redução observada dos níveis de pobreza multidimensional foi de respectivamente 3,01% e 2,55%, para o Brasil e o Sul. Particularmente, pode-se destacar o Sul como uma das regiões em que a redução da pobreza foi a menor durante esse período, embora, ainda seja a região com a menor proporção de pobres multidimensionais do Brasil no período analisado.

Ainda na Tabela 4, a área rural do estado apresenta uma proporção de pobres bem maior quando comparada com as áreas metropolitanas e urbanas. Em 2014, o Rio Grande do Sul tem uma população pobre na área rural referente a 25,45%. Corroborando, assim, com Silva e Neder (2010) que estudaram a pobreza multidimensional nas áreas rurais do Brasil em 1995 e 2004.

Tabela 4 - Pobreza Multidimensional por Áreas e Grupos do estado do Rio Grande do Sul, 2007-2014. (%)

| | Pobreza Multidimensional | | | | | | | Variação |
|-------------------|--------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | |
| Rio Grande do Sul | 22,57 | 21,84 | 21,39 | 20,63 | 20,35 | 20,19 | 19,90 | -2,67 |
| Metropolitano | 20,93 | 20,38 | 20,07 | 18,75 | 18,67 | 18,51 | 18,50 | -2,43 |
| Urbano | 21,88 | 21,14 | 20,88 | 20,46 | 19,93 | 19,88 | 19,41 | -2,47 |
| Rural | 28,21 | 27,26 | 26,05 | 25,97 | 26,00 | 25,47 | 25,45 | -2,76 |
| Homens | 22,69 | 21,96 | 21,54 | 20,78 | 20,53 | 20,35 | 20,03 | -2,66 |
| Mulheres | 22,45 | 21,73 | 21,25 | 20,48 | 20,18 | 20,04 | 19,79 | -2,66 |
| Crianças | 21,14 | 20,13 | 19,62 | 18,61 | 18,26 | 18,01 | 17,39 | -3,75 |
| Adolescentes | 21,22 | 20,52 | 20,24 | 19,28 | 18,82 | 18,70 | 18,61 | -2,61 |
| Jovens | 21,88 | 21,21 | 20,88 | 19,55 | 19,43 | 18,93 | 18,81 | -3,07 |
| Adultos | 21,93 | 21,15 | 20,52 | 19,96 | 19,41 | 19,28 | 18,79 | -3,14 |
| Idosos | 31,57 | 31,11 | 31,02 | 30,26 | 30,10 | 30,09 | 30,11 | -1,46 |
| Branca | 22,09 | 21,35 | 20,94 | 20,20 | 19,99 | 19,79 | 19,47 | -2,62 |
| Não Branca | 24,85 | 23,95 | 23,42 | 22,55 | 21,82 | 21,82 | 21,65 | -3,20 |

Fonte: Elaboração pelos próprios autores a partir dos dados da PANDs.

Os autores supra citados destacam a importância de se mensurar pobreza levando em consideração, além da renda, a habitação, o abastecimento de água, o saneamento básico, a

educação e o mercado de trabalho. Nacionalmente, a proporção de pobres na zona rural em 2014 é de 25,45%, enquanto que na zona urbana é de 19,41%. Esta convergência sugere que a população residente nesta área melhorou os níveis de bem estar associado às multidimensões que refletem o grau de pobreza. Contudo, mesmo com a melhoria das condições de vida, as disparidades ainda resistem entre as áreas, embora em menor magnitude, visto que a dinâmica de distribuição dos efeitos sobre a pobreza ocorreu de forma heterogênea no espaço.

Em média, não há diferença significativa na pobreza entre o grupo sexo. A pobreza multidimensional entre os homens em 2014 é de 20,03%, enquanto que nas mulheres é de 19,79%, havendo uma variação (queda) igual para os dois, de 2,66% (Tabela 4). Já no grupo faixa etária houve uma redução em todos os grupos. Diferença pouco notada também entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Um impacto maior na redução foi no grupo crianças, uma queda de 3,75% de 2007 a 2014. Já no grupo idosos, houve pouca redução na proporção, 1,46%, sendo ela o grupo com maior pobreza multidimensional, 30,11% em 2014. As populações de raça não branca têm os mais altos níveis de pobreza multidimensional, 21,65% em 2014. Mesmo apresentando a maior taxa de variação 3,20% de 2007 a 2014.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu com o objetivo de apresentar novas perspectivas para a compreensão da pobreza multidimensional no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2007 a 2014, considerando outras dimensões além da renda, com a finalidade de auxiliar políticas públicas focadas na sua diminuição e aceleração do processo de desenvolvimento. As principais conclusões foram:

Considerando a mensuração da pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul pela ótica das seis dimensões estudadas, constatou-se que a pobreza multidimensional apresentou uma trajetória decrescente durante o período de estudo. Os resultados do trabalho sugerem uma redução de 22,57% em 2007, para 19,90% em 2014, da pobreza multidimensional.

Para as análises separadas das áreas metropolitana, urbana e rural o nível de pobreza foi mais intenso na área rural, onde as intensidades de pobreza foram sensivelmente maiores. Por outro lado, essa situação é menos grave na área metropolitana gaúchas. Na análise da pobreza entre os grupos quase não existe diferenças entre homens e mulheres, mas vale salientar que a persistente privação concentra-se em ser maior entre os homens.

Já entre as faixas etárias também observa-se uma pequena privação. Crianças, adolescentes, jovens e adultos encontram-se com a mesma proporção, em média, de pobres multidimensionais. O impacto maior na pobreza seria sobre o grupo dos idosos, esses são considerados mais privados com relação aos outros grupos etários.

Pode-se inferir que para reduzir a pobreza multidimensional, a administração pública deve adotar políticas públicas direcionadas especificamente para as dimensões que mais impactam a pobreza, sendo elas: educação, comunicação e informação, trabalho e demografia e condições de moradia. Para que assim, haja uma melhor distribuição desses dos recursos entre as áreas do Rio Grande do Sul, reduzindo dessa forma as disparidades locais.

Como sugestão de futuras pesquisas, deve-se ser realizada uma investigação para compreender as relações entre proteção social, crescimento econômico, e redução da desigualdade sobre redução da pobreza multidimensional. É também importante contar com dimensões adicionais para uma análise mais completa. Portanto, deve-se ser continua à procura de novos dados que visem melhorar os indicadores utilizados para medir cada uma das dimensões, e assim mensurar qual tem mais impacto na pobreza multidimensional gaúcha.

REFERÊNCIAS

ANAND, S.; SEN, A. Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective. **Human Development Papers**. New York: UNDP, 1997.

AVILA, J.F.; BAGOLIN, I.P. Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 21, n. 2, p. 25-47, 2014. ISSN 1983-036X

BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T. ; COMIN, F. ; PORTO JUNIOR, S. S. . **Distribuição Espacial e de Gênero da Pobreza Multidimensional em Porto Alegre - RS** (Brasil). Porto Alegre - RS: Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE-PUCRS, 2007 (Texto para Discussão). Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_6.pdf> Acesso em: 12 mar. 2016.

BOURGUIGNON, F.; CHAKRVART S. The Measurement of Multidimensional Poverty. **The Journal of Economic Inequality**, v.1, p. 25-49, 2003.

BRITES, M.; MARIN, S. R.; ROHENKOHL, J. E. **Pobreza relativa multidimensional no Rio Grande do Sul (2010): Aplicação dos conjuntos fuzzy**. In: Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC SUL), XVIII, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Anpec Sul, 2015. Disponível em: < http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/pobreza_relativa.pdf> Acesso em: 22 mar. 2016.

CANCIAN, V.; VIDIGAL, V.G.; VIDIGAL, C.B.R. **Pobreza e desigualdade de renda nos municípios da região sul do Brasil: uma análise espacial.** In: XVI Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC SUL), Curitiba, 2013. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i2-684ef15f644f55db017e44fb306f5a27.pdf > Acesso em: 19 mar. 2016.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, v. 23. Porto Alegre, 2002.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P.; AVILA, R.; PORTO JUNIOR, S. S.; PICOLOTTO, V. C. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional.** Observatório. 2006. Disponível em: M http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf Acesso em: 20 mar. 2016.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**. São Paulo. v.52, n.3, p.761-766, maio 1984.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em: < <http://www.iets.org.br/dado/pobreza-e-indigencia>>. Acesso em: 10 de Mar. 2014.

LACERDA, F.C.C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações.** 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MAASOUMI, E.; LUGO, M. The information basis of multivariate poverty assessments. **Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement.** Nank Kakwani e Jacques Silver (ed.). Nueva York, Palgrave Macmillan, 2008.

MARTINS, C. H. B.; WINK JUNIOR, M. V. **Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul: evidências da multidimensionalidade.** Textos para Discussão. FEE Nº 114, Porto Alegre, 2013.

MIDEROS, A. M. Ecuador: Definición y medición multidimensional de la pobreza, 2006-2010, **Revista de la CEPAL**, nº108, p. 51-70, 2012.

PICOLOTTO, V.C. **Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul.** In: Encontro de Economia da Região Sul, 8, 2005, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Anpec Sul, 2005. Disponível em: < <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area1-05.pdf> > Acesso em: 10 mar. 2016.

ROCHA, S. **Alguns Aspectos Relativos a Evolucao 2003-2004 da Pobreza e da Indigencia no Brasil.** Rio de Janeiro: IETS, jan., 2006. Disponível em: < http://www.direito.usp.br/faculdade/eventos/evolucao_pobreza.pdf >. Acesso em: 23 Mar. 2014.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: **Garamound**. 1999.

SEN, A. K. **Poverty in the human development perspective: concept and measurement**. In: Human Development Report. Pag. 15-23, 1997.

_____. **Desenvolvimento como liberdades**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, A. F. **Ensaio sobre a pobreza no Brasil**. 96 fls. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2015. Disponível em: http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13622. Acesso em: 18. mar. 2016.

SILVA, M. C. P.; BARROS, R. P. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Anais... XXXIV Encontro Nacional de Economia 141, ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia**, 2006.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. **Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil**. III Conferência Latino Americana e caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano, Porto Alegre, 2010.